

POLÍTICAS PÚBLICAS, ENSINO SUPERIOR E CURRÍCULO

Leda Maria de Oliveira Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ledamor@uol.com.br

Resumo: Este trabalho analisa a viabilidade dos currículos da rede privada do ensino superior brasileiro, frente aos dados obtidos em pesquisa sobre uma política de ação afirmativa. Tal política busca colocar sujeitos de classes populares no ensino superior privado denominada ProUni.. A pesquisa foi realizada com estudantes de uma universidade confessional do sudeste brasileiro, caracterizando-os segundo a origem socioeconômica e analisando a situação acadêmica dos bolsistas. O instrumento empregado na coleta foi a entrevista e análise de documentos. Dos 58 estudantes analisados 38 conseguiram terminar o curso em tempo normal e 20 sujeitos alongaram o tempo de formação, desistiram ou foram reprovados.

Palavras chave: políticas públicas; gestão curricular; ensino superior; inclusão; exclusão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de discutir a viabilidade dos currículos existentes para o ensino superior brasileiro frente aos dados obtidos em uma pesquisa que tem como objeto a política de ação afirmativa, PROUNI (programa universidade para todos), instituído pelo governo Lula da Silva a partir de 2004. Trata-se da política de colocar sujeitos de classes populares em instituições de ensino superior (IES) privado.

A pesquisa abarca, por um lado, o tema políticas públicas, especialmente uma das ações afirmativas propostas pelo governo Lula, por considerar sujeitos não esperados no ensino superior e diferenciados pela faixa de renda. Por outro lado, abarca o tema currículo, na medida em que este se torna peça importante na formação de sujeitos egressos do ensino médio público.

No ano de 2007 realizamos a pesquisa com estudantes matriculados pelo PROUNI numa importante universidade confessional do sudeste brasileiro, para caracterização socioeconômica dos mesmos, dois anos depois de terem adentrado a universidade (consideramos as turmas iniciadas em 2005). Dando continuidade ao trabalho, em 2010, buscamos no histórico escolar dos bolsistas informações relevantes para análise da entrada e permanência desses sujeitos na universidade, além de conhecer um pouco do aproveitamento dos mesmos nos cursos já considerados no trabalho desenvolvido em 2007. Portanto, estamos acompanhando longitudinalmente os sujeitos dessa instituição e, pretendemos manter essa metodologia para outras que futuramente farão parte da pesquisa.

O PROUNI oferece bolsas integrais em instituições privadas de ensino superior para alunos que completaram o ensino médio em escolas da rede pública (ou escolas privadas, com bolsa integral) e fazem parte de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio e bolsas parciais de 50% para alunos cuja renda familiar per capita não exceda três salários

mínimos. Em contrapartida, a instituição que aderir ao PROUNI fica isenta de alguns impostos. O termo de adesão, entre o Estado e as instituições de ensino superior (IES) pagas tem vigência de 10 anos, atendendo tanto as prerrogativas dos grandes empresários da Educação Superior (ocupar vagas ociosas das IES privadas além de receber uma isenção de impostos bastante significativa) quanto à agenda neoliberal assumida pelo atual governo (permitir a abertura do maior número de IES privadas).

Esses critérios atendem jovens brasileiros com poucos recursos socioeconômicos e, portanto podem ter uma formação educacional precária. Por outro lado, os estudantes brasileiros oriundos de colégios pagos são bem formados e têm uma ótima performance para cursar o ensino superior em busca de uma formação profissional. É paradoxal, a elite brasileira adentra aos melhores cursos das universidades públicas, e jovens das camadas populares ficam sem opção, impossibilitados de cursarem o ensino superior público e ao mesmo tempo, impossibilitados de cursarem o ensino superior privado, já que as mensalidades são extremamente elevadas.

Até aqui trabalhamos com sujeitos de uma única universidade, escolhida pelo fato de respeitar alguns critérios por nós estabelecidos: ter status de universidade, diferenciando-se de outras que são apenas faculdades; por ser uma universidade de prestígio nacional uma vez que tem como princípio o ensino, a pesquisa e a extensão; por ser uma universidade privada com mensalidades altas abrigando em seus cursos uma clientela de alto poder aquisitivo, na sua maioria. Essa universidade localiza-se no sudeste brasileiro, é confessional e não visa lucros.

Para nós, o bolsista objeto desta pesquisa, é um sujeito especial dado que além de atender aos critérios do programa universidade para todos (PROUNI) é um estudante que foi aprovado pelo exame nacional do ensino médio tendo alcançado um bom rendimento. Trabalhamos com estudantes de cursos de alta e baixa procura (medida pela relação candidato / vaga), pois uma das nossas preocupações era saber como este aluno percebe o curso que faz, se é um curso que proporcionará uma profissão valorizada ou não valorizada socialmente.

O objetivo fundamental da primeira parte da pesquisa foi o de caracterizar os sujeitos matriculados na universidade a partir das bolsas PROUNI. Buscamos: detectar a classe social de onde tais estudantes provêm, informação esta não suficientemente conhecida; explicitar o grau de conhecimento dos alunos do programa de bolsas do qual usufruíam, o que entendem pelo programa; confrontar esse entendimento com o discurso oficial do governo Lula sobre o programa em questão; saber como esses estudantes vêem suas perspectivas sociais e profissionais, considerando a relação educação e trabalho. A segunda parte da pesquisa teve como objetivo, analisar o histórico escolar dos bolsistas que contemplam informações sobre ano de início e término do curso; turno matriculadao; período; nota e frequência por disciplina; aprovação, reprovação e desistência. Estas informações serão importantes para analisarmos a situação acadêmica dos bolsistas dos cursos de Direito, Pedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia e Ciências Sociais.

RESULTADOS

Os dados da pesquisa, expostos logo abaixo, traça a caracterização socioeconômica e a situação acadêmica dos sujeitos pesquisados, além de contextualizá-los no momento político neoliberal brasileiro. Assim, podemos refletir sobre as reais condições de formação superior dos estudantes do PROUNI no que diz respeito à sua formação e do cumprimento de currículos.

Quanto às características socioeconômicas dos estudantes, pensamos que estes bolsistas do PROUNI matriculados na universidade em questão, correspondem por hipótese, a sujeitos oriundos de uma classe média pauperizada. Ainda neste trabalho, esta suposição será discutida, mesmo preliminarmente.

Na primeira parte da pesquisa trabalhamos com um total de 50 bolsistas, 25 deles matriculados nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia e Direito, primeiro grupo e um segundo grupo de 25 bolsistas matriculados nos cursos de Ciências Sociais e Psicologia. Os estudantes bolsistas foram entrevistados por dois alunos de iniciação científica, participantes da primeira parte da pesquisa. Assim, como eram dois pesquisadores, cada um entrevistou 25 estudantes bolsistas. O número de bolsistas entrevistados obedeceu à proporção do número total de bolsistas em cada curso. Os bolsistas foram divididos da seguinte forma: cinco (05) do curso de Pedagogia, dois (02) do curso de Fonoaudiologia e 18 do curso de Direito para um dos pesquisadores. O outro pesquisador entrevistou 13 bolsistas do curso de Psicologia e 12 bolsistas do curso de Ciências Sociais.

Com esses objetivos e a partir da coleta de dados passamos a apresentar os principais achados da pesquisa, bem como a análise dos mesmos. Também teceremos, com o aporte de autores da sociologia da educação e outros, alguns significados importantes que podemos dar, inicialmente, às relações por nós estabelecidas.

No caso dos estudantes do primeiro grupo, Fonoaudiologia, Pedagogia e Direito, a média de idade dos 25 alunos pesquisados é de 25,4 anos; quatro sujeitos têm mais de 30 anos. Encontramos apenas três estudantes com 20 anos, idade esperada para esses estudantes, considerando o fato destes alunos poderem cursar no máximo o terceiro ano do curso superior (isto porque o PROUNI teve início em 2005; em 2006, estariam no segundo ano e em 2007, no terceiro; a coleta foi realizada em 2007).

Dos 25 estudantes, 13 deles ingressaram no curso superior com no mínimo 22 anos, quando o normal seria ingressar no ensino superior com 18 anos. Portanto, considerando a média de idade de 25,4 anos, há uma defasagem de 7,4 anos com relação aos sujeitos que adentram ao sistema escolar com sete anos de idade e têm um percurso escolar de sucesso.

No segundo grupo, 25 bolsistas dos cursos de Ciências Sociais e Psicologia, a faixa etária está entre 18–45 anos. O maior número deles (14) concentra-se entre 20 - 23 anos; nove sujeitos têm idade entre 18-20 anos e somente dois estudantes têm idade acima do esperado, um com 30 anos e outro com 45. Assim, a média de idade dos estudantes desse segundo grupo é: 21,5. Se considerarmos a média de idade do primeiro grupo, ou seja, 25,4 podemos dizer então que, a idade predominante dos estudantes do PROUNI ao adentrarem na universidade é de 23,4 anos.

A defasagem entre idade e série do segundo grupo é menor, em relação ao primeiro, neste último, a defasagem é de 7,4 anos, e no segundo grupo, a defasagem é de 3,5 anos.

Em geral, os estudantes que conseguem manter a relação idade / série sempre adequada tendem a ter uma trajetória escolar de sucesso. Dificilmente estes estudantes sofrerão com o processo de exclusão, por qualquer razão que seja: reprovação, mudança de cidade por necessidade familiar, trabalho infantil e outros fatores determinantes da evasão escolar precoce. Esses fatores foram e são estudados de forma profunda por Cunha (1981).

Quanto ao grau de instrução dos pais dos alunos do curso de Psicologia e Ciências Sociais verificamos que dentre os 25 pais, sete (07) têm formação no Ensino superior e quatro deles têm formação técnica. Aqui, encontramos congruência entre as informações sobre profissão / ocupação com os pais dos estudantes do curso de Direito, Pedagogia e Fonoaudiologia.. Nos dois grupos verificamos que a formação no ensino superior está entre seis (06) e sete (07) pais, no máximo. Se considerarmos 100 pais, somando-se todos os pais e mães dos dois grupos teremos 13% dos pais com ensino superior completo, o que é pouco. Isto mostra que a maioria dos pais (87%) só fez ensino fundamental ou básico completo.

Também podemos dizer que nos dois grupos predominam as ocupações que exigem pouca escolarização ou nenhuma qualificação. Assim, no grupo de 50 pais (pai e mãe) de estudantes do curso de Direito, Pedagogia e Fonoaudiologia, 28 pais e mães dos bolsistas executam trabalhos manuais, ou seja, com pouca ou nenhuma qualificação. Entre esses 28 estão 11 mães cujos filhos declararam ser donas de casa. Na categoria, supervisão de ocupações não manuais encontramos 19 pais e mães. Somente três dos pais (pai e mãe) têm ocupação como profissional liberal e proprietário de empresa de tamanho médio.

No grupo de 50 pais (pai e mãe) de estudantes de Psicologia e Ciências Sociais também encontramos uma maioria de pais que executa trabalhos manuais. Entre as mães a ocupação predominante é dona de casa, 12 delas exercem esta atividade e somente uma delas é professora primária. Identificamos entre o restante de pais (pai e mãe) um total de 37 sujeitos que executam trabalhos que exigem pouca qualificação. As profissões encontradas nos dois grupos são: carpinteiro, mecânico, costureira, metalúrgico; comerciante, caminhoneiro, vendedor. Entre os profissionais liberais encontramos uma (01) psicóloga e um (01) empresário cuja empresa caracteriza-se como pequena, já que tem menos de (05) cinco empregados.

Ao compararmos os dados podemos dizer que existe um equilíbrio entre os dois grupos. O grau de escolaridade dos pais concentra-se entre ensino fundamental completo e ensino médio completo, deixando-se de lado os pais que não terminaram o ensino fundamental ou ainda, os que não têm nenhuma escolarização. Neste último caso, encontramos um (01) dos pais nos dois grupos. A porcentagem de quem fez o ensino fundamental completo e ensino médio completo está na faixa de 34% e 32%, respectivamente, considerando-se os dois grupos, ou ainda, 100 pais dos sujeitos da pesquisa. O essencial é que o grau de escolaridade dos pais não é sequer o ensino médio, não têm formação básica mínima (ensino fundamental e médio). Divide-se entre ensino fundamental e médio, o que é pouco.

Quanto à renda familiar, nos dois grupos, concentra-se entre dois e três salários mínimos, já que a maioria, 28 famílias no grupo de estudantes dos cursos de Direito, Pedagogia e Fonoaudiologia e 40 famílias no grupo de estudantes dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais encontra-se nessa situação. Apenas três (3) famílias têm renda superior a cinco salários mínimos. Este caso é interessante, pois em duas destas três famílias os pais têm ensino superior completo, o que pode explicar o fato de terem uma renda maior.

Ressaltamos que dos 50 sujeitos entrevistados, 32 deles trabalham, pelo menos meio período. O número de estudantes matriculados nos cursos de Direito, Pedagogia e Fonoaudiologia que trabalha é maior, com relação aos estudantes do outro grupo. Outro dado importante, do total de estudantes pesquisados, a maioria, 38 sobre 50 cursou o ensino básico em escolas públicas.

Nos dois grupos, a avaliação sobre o programa universidade para todos é muito positiva, mesmo com algumas falas que apontam para a idéia de que o programa “é uma jogada de marketing do governo Lula e que este deixa de lado a discussão da expansão da universidade pública”. Dizem também os sujeitos: “como a elitização da universidade pública é marcante, o PROUNI é legítimo”, reforçando e concordando com o ideário de repasse de recursos públicos para as instituições de ensino superior (IES) privado. Assim, segundo eles o Estado financia o estudo nas universidades públicas de alguns poucos privilegiados, enquanto o PROUNI, conforme os entrevistados, é uma medida que garante o acesso de muitos jovens de setores populares ao ensino superior. Para eles, essa é uma opção democrática frente à restrição de acesso nas principais IES públicas do país.

Em termos de perspectivas profissionais os dados dos dois grupos apontam para a idéia expressa da valorização da mobilidade individual ascendente, conforme, Bourdieu (1975). O ingresso na universidade acena para a superação ou manutenção da situação socioeconômica familiar. Acreditam na importância social dos cursos nos quais estão matriculados.

Na segunda parte da pesquisa o estudo dos históricos escolares dos sujeitos da pesquisa considerou os cursos de Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Fonoaudiologia e Pedagogia, os mesmos considerados na primeira parte da pesquisa, assim como os mesmos estudantes. Aqui, alertamos que em 2010 partimos de um total de 58 sujeitos, por razão de matrículas (transferências de estudantes de outras instituições) ocorridas ao longo dos anos iniciais da pesquisa. Todas as informações do histórico foram fornecidas pelo sistema de atendimento ao bolsista da universidade pesquisada.

Quanto ao tempo de formação do bolsista em cada um dos cursos analisados temos que levar em conta o fato de todos serem iniciantes em 2005 e que há cursos de quatro anos e outros de cinco anos de duração. Portanto, o tempo máximo de formação, em regra, deve ser o ano de 2008 ou 2009.

No curso de Ciências Sociais (04 anos de formação) o total de bolsistas é de oito; deles, somente dois se formaram em tempo normal (2008) com a média 7,5 de aproveitamento; quatro deles precisaram de mais tempo para concluir o curso (2009) com a média 8.0 de aproveitamento e dois alunos foram reprovados por falta ou frequência insuficiente.

Quadro nº 1

Curso de Ciências Sociais: matriculados em 2005		Média
Alunos formados em tempo normal (2008)	2	7,5
Alunos formados fora do tempo (2009)	4	8,0
Alunos reprovados por nota ou frequência insuficiente	2	
Total	8	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada.

Quadro: Organizado por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq.

O curso de Direito (05 anos de formação) tem um total de 27 bolsistas. Deles, 18 se formaram em tempo normal com a média 7,5 de aproveitamento; quatro deles permanecem matriculados e obtiveram nota seis de aproveitamento; um aluno bolsista desistiu do curso e quatro deles foram reprovados por nota ou frequência insuficiente.

Quadro nº 2

Curso de direito: matriculados em 2005		Média
Alunos formados em tempo normal (2009)	18	7,5
Alunos que permanecem matriculados *	4	6,0
Alunos que desistiram do curso	1	
Alunos reprovados por nota ou frequência insuficiente	4	
Total	27	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada.

Quadro: Organizado por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq.

* Fará o curso com acréscimo de um ano ou mais.

O curso de Fonoaudiologia, que tem duração de quatro anos, tem um total de cinco alunos bolsistas. Deles quatro alunos se formaram em tempo normal com a média 8,0 de aproveitamento. Um deles desistiu do curso.

Quadro nº 3

Curso de Fonoaudiologia: matriculados em 2005		Média
Alunos formados em tempo normal (2008)	4	8,0
Alunos que desistiram do curso	1	
Total	5	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada

Quadro: Organizado por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq.

No curso de Pedagogia (04 anos de formação) encontramos nove alunos bolsistas e deles oito se formaram em tempo normal (quatro anos) e obtiveram a média 7,0 de aproveitamento; um deles foi reprovado por falta.

Quadro nº 4

Curso de Pedagogia matriculados em 2005	Média	
Alunos formados em tempo normal (2008)	8	7,0
Alunos reprovados por nota ou frequência insuficiente	1	
Total	9	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada

Quadro: Organizado por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq.

Os dados dos bolsistas do curso de Psicologia dão conta de que nele há um total de nove bolsistas. Deles, seis terminaram o curso em tempo normal com a média 9,0 de aproveitamento; dois desistiram do curso e um deles foi reprovado por nota ou por frequência insuficiente.

Quadro nº 5

Curso de Psicologia: matriculados em 2005	Média	
Alunos formados em tempo normal (2009)	6	9,0
Alunos que desistiram do curso	2	
Alunos reprovados por nota ou frequência insuficiente	1	
Total	9	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada.

Quadro: Organizado por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq

Segue abaixo a situação acadêmica dos alunos bolsistas PROUNI que foram pesquisados até o momento.

Quadro nº 6

Situação acadêmica do aluno do PROUNI	Média	
Ano 2005 – 2010		
Alunos formados em tempo normal	38	7,5
Alunos formados fora do tempo	4	8,0
Alunos que permanecem matriculados *	4	6,0
Alunos reprovados por nota ou frequência insuficiente	8	
Alunos que desistiram do curso	4	
Total	58	

Fonte: banco de dados da IES pesquisada.

Tabela: Organizada por Camila Mendes Garcia, aluna de IC / CNPq.

* Fará o curso com acréscimo de um ano ou mais.

Por se tratar de apenas uma IES privada esta pesquisa é preliminar, no entanto, pode-se concluir que os alunos do PROUNI tiveram algumas dificuldades em cumprir com a trajetória normal do curso superior pelo qual optaram, segundo os dados do quadro acima.

Os trabalhos de Bourdieu (1975) e Lahire (2004) nos ajudam a compreender o caso desses estudantes, uma vez que os conceitos de capital cultural e social, aliados à extração social dos sujeitos impedem que os mesmos tenham acesso à cultura dominante. As famílias dos estudantes pesquisados provavelmente não puderam oferecer, desde a infância dos mesmos, as condições mínimas de leituras, visitas a museus, estudo de línguas estrangeiras e outras formas de conhecimento; o mesmo podemos dizer das relações sociais, estas provavelmente não proporcionaram o contato natural com a cultura dominante ou com as informações necessárias para a atualização dos estudantes. Em função do grau de instrução dos pais, ocupação e faixa de renda familiar dos estudantes, já apresentados, as lacunas culturais e sociais são realmente esperadas na vida escolar desses estudantes.

Os dados da segunda parte da pesquisa apontam essa tendência. De um total de 58 sujeitos, 20 deles são casos diferenciados, encontram-se nas categorias, **formados fora do tempo; permaneceram matriculados**, pois foram reprovados em uma ou outra disciplina, por isso, estes são candidatos a se formarem fora do tempo; **reprovados por nota ou frequência insuficiente** (não temos a especificação precisa deste dado), e **desistiram do curso**. Vinte sujeitos nestas situações sobre 58 não é pouco, aproximadamente 34,5% ou seja, mais de 1/3 deles encontraram algum obstáculo durante o curso. Ao mesmo tempo temos que ponderar, pois no geral 38 alunos sobre 58 tiveram sucesso (mais da metade deles), se formaram em tempo normal e a média de aproveitamento foi 7,5, o que não é pouco; estão acima da nota mínima (cinco) exigida para aprovação.

Diante dos dados acima podemos dizer, nestas categorias de análise também estão presentes os alunos pagantes, de outra origem social. No caso dos estudantes de classe média ou mesmo pertencentes à elite social os fatores que concorrem para o insucesso no ensino superior são de diferentes ordens e origens. Esses sujeitos podem ter ao longo do curso superior vários interesses, opções e perspectivas de trabalho, no caso dos originários de classes médias e das elites. No caso das elites, concorre fortemente a seu favor o fato de não necessitarem do diploma para ascensão social, daí a possibilidade de escolhas de diferentes trabalhos e ou de perspectivas de vida. Não fazer o curso em tempo normal não lhes trará prejuízos, necessariamente. Ao contrário, pode muitas vezes favorecer a busca e o contato com as oportunidades que surgem fora do curso ou da instituição de ensino superior.

É preciso também ponderar que estamos falando de 58 sujeitos, e não do universo de bolsistas da instituição. Por isso, é claro, os resultados se restringem a eles, mas não podemos deixar de enxergar a existência de uma tendência, a de que estes sujeitos são diferenciados pela origem social e, por isso tiveram e têm trajetórias escolares específicas e bastante diversificadas.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

O setor “favorecido” pelo programa universidade para todos, em grande parte formado por jovens provenientes de famílias de baixa renda, usufruem o programa com a intenção de ascender socialmente, por meio da formação superior, superando as condições econômicas nas quais se encontram suas famílias. Segundo Neves (2002) e Rodrigues (2007) o ensino superior passa a ser a condição para exercer o trabalho simples. Este, nos anos 1930-1960 podia ser desenvolvido por trabalhadores com escolarização média. Atualmente, os sujeitos de nossa pesquisa e outros pertencentes ao mesmo grupo social não têm alternativa. Precisando de um diploma e não podendo custear as altas mensalidades das IES privadas, procuram o PROUNI como forma de adentrar ao ensino superior, e por sua vez, uma vaga em postos mais qualificados no mercado de trabalho. Para esses sujeitos é certo, conforme depoimentos fornecidos durante a entrevista, o curso superior trará melhores condições de vida para eles e para suas famílias.

Os dados de renda familiar, profissão / ocupação e grau de escolaridade nos dois grupos nos esclarecem que esses sujeitos bolsistas do PROUNI são oriundos de camadas populares e não de famílias de classe média pauperizada, como pensávamos em nossa hipótese. Se fossem oriundos da classe média pauperizada, conforme nos aponta Saes, poderíamos entender porque essa população procura hoje pelo ensino superior (Saes, 1977, pp. 96-102).

Segundo Saes, a classe média é a classe que não tem uma forma própria de ascensão social, como tem a burguesia. A burguesia, de modo geral pode deixar para os filhos a forma de trabalho já estabelecida pelos pais. É a herança do patrimônio dos pais que será administrada pelos filhos. Por isso, não dependem diretamente do sistema escolar para ascensão, mesmo porque essa classe já tem seu lugar no espaço social, tendo apenas que mantê-lo. Ainda, segundo Saes, a classe média é a classe que busca uma forma de ascensão a partir da escolarização e valores meritocráticos diferenciando-se da classe operária quanto ao tipo de trabalho que executa. Para ele, a classe média quer se distanciar do trabalho manual (em geral executado por trabalhadores operários com pouca qualificação) e busca uma profissão socialmente mais valorizada. Assim, procura o sistema escolar como forma de profissionalização e meio de execução do trabalho intelectual, considerado simbolicamente como a forma de distinção dessa classe média da classe operária.

Como os estudantes pesquisados não pertencem à classe média, (são filhos de pais trabalhadores manuais e com baixa escolarização) quais as razões que os levam a procurar o ensino superior hoje? Teria a universidade perdido seu papel principal de produtora de conhecimento passando a atender uma população em busca de apenas um diploma? (Santos, 2004, pp. 54-112). Essa procura, seria hoje reflexo da ideologia neoliberal brasileira que aposta na educação como forma de solução dos problemas sociais (desemprego, baixos salários, desenvolvimento econômico, social, etc.), embora, até hoje, o governo não tenha democratizado o ensino? (Neves, 2002, pp.21- 40). A nosso ver, o grande desafio da universidade brasileira atualmente é pensar em como redimensioná-la sem que deixe de ser o lócus da produção de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que convive com os paradoxos colocados pelo

PROUNI e pelas ações afirmativas como: cotas para negros, pardos, índios e estudantes egressos do ensino médio público. Será isto possível?

Diante de tais dados sobre renda familiar, escolarização de pais e trabalho do estudante, Bourdieu explica a impossibilidade desses sujeitos se apropriarem do conhecimento produzido e reproduzido na escola capitalista, no caso desta pesquisa, no sistema universitário. A pesquisa aponta para a idéia de que esses estudantes podem estar imbuídos da ideologia neoliberal de que a educação é de fato uma panacéia para seus problemas de ascensão, pois contam com a possibilidade de obterem melhores empregos, afinal essa é a tônica do mercado de trabalho. O mercado só absorve mão de obra qualificada, pensando nos objetivos da indústria, ou seja, melhorar a produção e aumentar a competitividade no mercado (Rodrigues, 2007). Ocorre que, a condição socioeconômica desses estudantes não lhes permitirá competir no mercado, com profissionais de classe média e da elite, num mesmo patamar. Todos sairão do mesmo curso, terão o mesmo diploma, mas estes terão valores diferenciados, no momento da execução e da exigência do mercado competitivo.

Os jovens do PROUNI aparecem como “beneficiados” dessa política compensatória e, como membros de classes menos privilegiadas grande parte deles entende o programa como uma política afirmativa que lhes dá possibilidade de formação profissional e ascensão social, como analisou esta pesquisa. Não entendem tal ação como uma política condicionada pelas determinações do capital financeiro da burguesia industrial e de serviços educacionais, que a ele favorece em detrimento da população. Ao contrário, o discurso ideológico do governo Lula sobre o PROUNI é direcionado para o convencimento dos jovens usuários do programa fazendo-os compreender tal ação como pensada e canalizada para o favorecimento da população menos privilegiada. Como discurso ideológico não pode demonstrar as verdadeiras intenções do programa universidade para todos, supostamente voltado para o atendimento de necessidades de uma população mais carente; o discurso oculta um dos seus principais objetivos, atender aos interesses da burguesia industrial e de serviços educacionais. O discurso é direcionado também para a falsa idéia de que investem em educação pública, quando compram vagas nas instituições privadas. O aluno do PROUNI passa a ter o falso sentimento de que faz curso superior numa IES pública, na medida em que nada desembolsa de seu salário ou da renda familiar para pagar a instituição privada que frequenta.

Então, o governo Lula por meio do PROUNI consegue impactar os setores populares, fazendo com que o governo ganhe adesão dos mesmos. Essa é a política de dar com uma mão e receber com a outra, de onde podemos entender porque alguns autores apontam o caráter populista do governo Lula. É o caso de Boito Jr. (2003) quando afirma ser esse tipo de ação (PROUNI) uma ação política ideológica, típica dos governos neoliberais podendo ser qualificada de populismo, embora com importantes diferenças, diante do populismo reformista do período pré-64. Esse novo populismo, como qualquer um deles, é um apelo da liderança política, preferencialmente a partir do Estado, às massas politicamente desorganizadas. Essas depositam suas esperanças na ação protetora do Estado, e não na organização ou no programa

político dos governantes, muitas vezes desconhecido ou inexistente. Diferentemente do velho populismo (pré-64), esse populismo que, segundo o autor, poderíamos denominar regressivo, aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país.

Os bolsistas do PROUNI não formam um grupo com reivindicações próprias, enquanto estudantes que estavam fora da universidade. É um grupo que teve suas necessidades educacionais atendidas sem que tivesse ocorrido um movimento popular amplo; foi contemplado com vagas nas universidades privadas, fato esse que parece apontar mais para o atendimento dos interesses do governo Lula - na medida em que mantém um Estado mínimo, atende aos interesses do setor financeiro e responde às necessidades da burguesia industrial e da nova burguesia de serviços educacionais - do que aos interesses das classes populares. Os interesses dos estudantes na pesquisa até aqui realizada não coincidem com os do governo, nem poderia coincidir, pois os estudantes entendem que o PROUNI veio para atender uma parcela da população de jovens, considerada por eles sem privilégios e possibilitando ascensão social dos mesmos. Das respostas analisadas até aqui, nenhum dos 50 estudantes respondeu algo na direção de demonstrar que o programa vem atender aos interesses de classes já privilegiadas (por exemplo a burguesia), ao contrário, apostam na possibilidade de melhoria de suas vidas dentro do espaço social por eles ocupado. Até aqui, pelos dados coletados e pela análise realizada, verificamos a inexistência de coerência entre objetivos do programa e expectativas dos usuários (alunos do PROUNI). Isso é possível afirmar na medida em que as análises apontam as verdadeiras intenções do governo Lula, atender aos interesses das burguesias industrial e educacional, contrariando a expectativa por parte dos estudantes, de obterem um diploma como “garantia” de ascensão. Este último não será possível, pelo menos para uma maioria, pois as IES privadas não apontam para esse objetivo. A maioria investe em quantidade de alunos e controle de mensalidades visando apenas o lucro, sem preocupação com a qualidade da formação. As exceções são as IES privadas confessionais, estas de fato oferecem um diferencial na qualidade da formação de profissionais. Isso porque muitas delas mantêm professores qualificados (mestres, doutores), quadro de carreira e contrato por tempo, e não contrato hora/ aula. Também buscam desenvolver ensino, pesquisa e extensão, competindo assim com as boas universidades públicas e não com as IES privadas voltadas para o mercado da educacional.

Os entrevistados entendem que o PROUNI é democrático, abre condições de ascensão para alguns jovens oriundos de famílias com pequeno poder aquisitivo, mas ao mesmo tempo alguns poucos chegam a questionar, por que o governo não amplia vagas nas universidades públicas?

As duas situações acima consideradas, ou seja, obter um diploma e duvidar do caráter democrático da ação afirmativa em questão, mostram que não podemos admitir, simplesmente, que o grupo de bolsistas do PROUNI procuraria somente adentrar ao ensino superior em busca de um diploma. Buscaremos, então, na continuidade da pesquisa compreender como o neoliberalismo atingiu esses sujeitos, considerando-os como fração de uma classe específica (populares) cujas ambições escolares estavam, dadas as características profundamente elitistas

do sistema educacional brasileiro, além de suas possibilidades. Tais ambições escolares (obter diploma de ensino superior) não são próprias das classes populares e, no entanto, esses estudantes passaram a desejar um diploma de ensino superior. Perguntamos, como esses sujeitos compraram a idéia que valoriza a formação educacional e, principalmente, uma formação superior?

A partir das informações obtidas e trabalhadas pela pesquisa pode-se refletir sobre o problema colocado inicialmente, ou seja, como as IES enfrentam o desenvolvimento dos currículos dos diferentes cursos realizados pelos estudantes do PROUNI?

Para essa reflexão buscamos os trabalhos de Sacristán (1998) e Apple (2006). Esses autores expressam a preocupação no que diz respeito ao currículo pensando em desdobramentos político/social dos mesmos. Conforme Apple, o ensino em geral tem como finalidade formar os sujeitos partindo de valores culturais e econômicos próprios de uma classe hegemônica. Segundo o autor, esse ensino é realizado supondo tais valores como sendo compartilhado por todos. Ao mesmo tempo em que esse ensino é desenvolvido com essa pretensão, ele seleciona os melhores alunos para níveis mais altos de educação, por terem capacidade de contribuir para a maximização da produção de conhecimento tecnológico, de que a economia necessita. As escolas, segundo Apple, foram construídas para ampliar ou preservar o capital cultural das classes dominantes da população. É aí que o papel do intelectual, do educador hegemônico fica claro. (Apple, 2006, p.101).O currículo cumpre aí seu papel de reprodução do capital cultural das classes dominantes no processo de escolarização.

Sacristán entende a escolarização como um percurso e nesse percurso o currículo é o guia do progresso de escolarização. Lembra ainda o autor da função reguladora do currículo na distribuição do conhecimento a ser oferecido. Num processo de escolarização complexo, onde está em jogo a formação de muitos sujeitos, é preciso organizar e dosar esse conhecimento a ser oferecido, de modo a poder atender aos interesses sociais, de forma decisiva. (Sacristán, 1998, p.125). Isto implica em se ter um currículo que além de expressar o que é e o que não é conteúdo de ensino, estabelece a ordem da distribuição do mesmo conteúdo. Assim, o currículo tem de fato uma certa capacidade reguladora e controladora do conhecimento. Diz-se certa capacidade controladora na medida em que existe a possibilidade de interpretação desse currículo, uma certa flexibilidade no seu desenvolvimento, por parte dos executores, mas nada que retire do currículo a função de força determinante da ação educativa. (Sacristán, 1998, p.125).

Pensando nas colocações acima e nos estudantes analisados pela pesquisa, posso levantar algumas perguntas e considerações sobre os desafios postos para as universidades e faculdades privadas, atualmente no Brasil.

Na medida em que o PROUNI traz para o ensino superior sujeitos com as características socioeconômicas já colocadas, pergunto: os conteúdos curriculares que segundo Apple têm características hegemônicas são aceitos pelos sujeitos de forma natural, sem resistências? Com os alunos matriculados via PROUNI, os valores culturais e econômicos dos segmentos mais poderosos da sociedade podem ser impostos com mais facilidade? Digo com mais facilidade porque sempre foram impostos, com a diferença de haver por parte de estudantes de origem

mais privilegiadas (classes médias e elites) um poder de crítica mais contundente, dada a boa formação anterior recebida no ensino médio. Atualmente, os estudantes oriundos das classes populares terão dificuldades para desenvolverem a trajetória no ensino superior, por não terem habilidades suficientes para tais conteúdos curriculares. Também vêem este conteúdo como necessário e suficiente para sua formação. A falta de capital cultural desses estudantes impede uma reflexão crítica sobre esses conteúdos e desta forma, os propósitos hegemônicos do currículo, conforme Apple, serão mais facilmente impostos? Por outro lado, ainda lembrando Apple, os estudantes do PROUNI não poderão contribuir tão facilmente com a maximização da produção do conhecimento tecnológico de que a economia capitalista necessita, eles não devem fazer parte dos selecionados entre os mais capacitados para isso. Essa afirmação tem base nas características socioeconômicas e culturais desses estudantes. O fato de serem alijados desse processo, de certa forma isenta-os de pensarem e trabalharem para a economia capitalista, mas na lógica da sobrevivência esses sujeitos estão prejudicados. Não lhes caberão bons postos de trabalho.

Sabemos, conforme Bourdieu, os conteúdos curriculares são arbitrários, e por isso, não podem ser absorvidos de uma mesma forma, por estudantes de origem social diferenciada. O capital cultural desigual entre os sujeitos já esperados no ensino superior (classes médias e elite) e os não esperados (classes populares), vem produzindo diplomas com valores culturais diferenciados, embora simbolicamente possam ter para os sujeitos de classes populares o mesmo valor. O que podemos dizer dos diplomas conseguidos por estudantes cuja origem social é essa descrita e aqui considerada? As IES privadas terão que reduzir seus objetivos de formação ou terão que criar formas de atendimento paralelo para esses estudantes, tentando diminuir as distâncias culturais? De qualquer forma, optando por um ou outro caminho, os currículos são afetados, quer pelo tempo (maior ou menor) de seu desenvolvimento, revendo seus objetivos, quer pela sua função de distribuição de conhecimentos em atendimentos paralelos, no segundo caso.

Esses me parecem alguns desafios colocados para os profissionais da educação, no que tange aos currículos do ensino superior, ou melhor, sobre a gestão dos mesmos. Toda essa análise tem sentido para IES privadas que se preocupam com o ensino, pesquisa e extensão. Sabemos que esse não é o caso da maior parte das instituições privadas de ensino superior no Brasil, portanto essas estariam fora da análise e deveriam ser extintas do sistema.

As tendências aqui apontadas para o ensino superior no que trata do desenvolvimento curricular ainda são reflexões preliminares. A análise de dados sobre aproveitamento dos estudantes do PROUNI provoca algumas reflexões na direção da gestão curricular. Por exemplo, por que os alunos que se formaram fora do tempo obtiveram uma média de aproveitamento maior (quadro n. 6) do que os que se formaram em tempo normal? Não seria mais adequada uma adaptação curricular para que todos obtivessem o mesmo aproveitamento? Não basta permitir a entrada, é preciso haver uma política adequada para a permanência desses sujeitos no ensino superior. Afinal, o que está em questão é a vida profissional dos sujeitos bolsistas PROUNI.

BIBLIOGRAFIA

- Apple, Michael W. (2006) *Ideologia e Currículo*. São Paulo, Artmed.
- Augusto, Maria Helena. (2005) Retomada de um legado intelectual- Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. In *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17. n.2 p.16.
- Boito, Armando Jr. (2003) A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: *Crítica Marxista*, n. 17, Rio de Janeiro: Revan, pp. 10-36.
- Bourdieu, Pierre. (2007) *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, J.C. (1996) *Les héritiers les étudiants et la culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, J.C. (1975) *A reprodução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Cunha, L. A. (1981) *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Foracchi, Marialice M. (1965) *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 1º Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Lahire, Bernard. (2004) *O sucesso escolar nos meios populares as razões do improvável*. São Paulo: Editora Ática.
- Neves, Maria Lúcia (Org.) (2002) *O empresariamento da educação novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã.
- Rodrigues, José. (2007) *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados.
- Sacristán, J. Gimeno; Gómez, A.I. Pérez. (1998) *Compreender e Transformar o Ensino*. São Paulo, Artmed.
- Santos, B. de S. (2004) *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- Saes, Décio A. Marques de. (1977) Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). In: *Contraponto*, 2, novembro, pp. 96-102.